

A NEGLIGÊNCIA AFETIVA PARENTAL E A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: IMPLICAÇÕES NO DESEMPENHO ESCOLAR E NO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DAS CRIANÇAS

Maria Eduarda da Silva¹

Maria Lívia Santos Cavalcanti de Oliveira²

Vinicius César de Melo Lima³

Bruna Gabrielly da Silva⁴

Profª Me. Jessica Priscila Garcia de Souza⁵

RESUMO

A negligência parental afeta diretamente o desenvolvimento humano, social e escolar das crianças, conforme destacam Pereira (2020), Wainer (2021), com base em John Bowlby, e Gomes (2020) a partir de Winnicott. Esses autores evidenciam a importância dos vínculos afetivos e de um ambiente suficientemente bom que proporciona o desenvolvimento integral da criança. Este artigo tem como objetivo investigar como a negligência parental afeta o desempenho acadêmico e o desenvolvimento humano e social das crianças. Com abordagem qualitativa de tipo etnográfico baseada em André (1995) para uma visão holística do contexto escolar pesquisado, utilizando como instrumentos metodológicos, entrevista semiestruturada com a docente da turma, observações do ambiente escolar, registros em diário de campo ao longo de seis sessões (totalizando 30 horas), dinâmica interativa com os alunos e análise documental. A fundamentação teórico-metodológica baseou-se, para além dos já citados, em Eltink (2024), Palitot (2017) e Soares et al. (2018), que discutem a importância da parceria entre escola e família como fator de proteção ao desenvolvimento infantil. Os resultados apontam que a ausência de afeto e acompanhamento familiar gera impactos no comportamento, na aprendizagem e nas interações sociais das crianças, evidenciando insegurança emocional, dificuldades cognitivas e problemas disciplinares. Além disso, foi constatada a fragilidade na relação entre escola e família, dificultando intervenções precoces e o suporte necessário. Conclui-se que a escola tem papel essencial na identificação de sinais de negligência e no acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam o diálogo e a cooperação entre escola e família.

Palavras-chave: Negligência afetiva, Desempenho escolar, Desenvolvimento infantil, Relação escola-família, Negligência parental.

¹ Graduanda do Curso de **Licenciatura em Pedagogia** pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, UFPE - CAA e graduanda do Curso de **Bacharelado em Psicologia** pela Centro Universitário do Vale do Ipojuca, UNIFAVIP – WYDEN, maria.mes9@ufpe.br

² Graduanda do Curso de **Licenciatura em Pedagogia** pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, UFPE – CAA; maria.livia@ufpe.com

³ Graduando do Curso de **Licenciatura em Pedagogia** pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, UFPE – CAA, vinicius.melol@ufpe.br

⁴ Graduanda do Curso de **Licenciatura em Pedagogia** pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, UFPE – CAA, brunagabrielly.silva@ufpe.br

⁵ Professora Orientadora. Mestre em Educação Contemporânea. Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, UFPE – CAA. jessica.priscila@ufpe.br



INTRODUÇÃO

A negligência parental é um fenômeno que afeta diretamente o desenvolvimento emocional, social e escolar das crianças. Caracteriza-se pela omissão dos cuidados essenciais ao desenvolvimento humano, sendo um dos pontos cruciais a ligação afetiva entre o cuidador e a criança. A ausência desse vínculo gera a negligência afetiva, vertente do descuido mencionado que, segundo Gomes (2020), manifesta-se pela carência ou falta de apoio emocional, desencadeando consequências que se refletem não apenas no comportamento das crianças, mas também em sua evolução escolar e humana.

Nesse contexto, a escola atua como mediadora essencial na identificação e intervenção em situações negligentes, buscando minimizar os impactos da falta de apoio emocional no ambiente familiar, como indica Pereira (2020). Considerando que a educação escolar é fundamental para o desenvolvimento humano, por proporcionar oportunidades de ampliação cultural e social (Palitot, 2017), ela se torna uma grande aliada da família, especialmente quando o suporte familiar é limitado.

A ausência de envolvimento dos pais nas atividades escolares tende a aumentar a probabilidade de um desempenho acadêmico insatisfatório, pois a falta de acompanhamento e apoio familiar prejudica o cumprimento das normas e o engajamento nas tarefas escolares, comprometendo o processo de aprendizagem (Eltink, 2024). Portanto, a relação entre o ambiente familiar e escolar é de suma importância para o desenvolvimento pleno da criança, já que ambas as instituições, em conjunto, oferecem o suporte necessário ao fortalecimento socioemocional e acadêmico (Saraiva; Wagner, 2013).

Justifica-se, portanto, a importância deste estudo diante da necessidade de compreender de que forma a abandono afetivo parental repercute na vida escolar das crianças e como a escola pode atuar na mitigação desses efeitos.

Diante desse cenário, este estudo buscou compreender como a negligência parental, especialmente a afetiva, impacta o desempenho escolar e o desenvolvimento social das crianças. Para tanto, a investigação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, com referencial etnográfico escolar, segundo André (1995), permitindo a imersão no cotidiano da escola para observar práticas, relações e significados. Foram utilizados três instrumentos principais: entrevistas semiestruturadas com profissionais da instituição, observação participante por meio de dinâmicas interativas com os alunos



e análise documental dos registros escolares. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública municipal de grande porte, em Caruaru (PE), com a participação de professores, gestores e outros funcionários, que contribuíram com percepções e vivências relacionadas à temática.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral compreender como a negligência afetiva compromete o desempenho acadêmico e o desenvolvimento humano e social das crianças. A partir disso, foram estabelecidos três objetivos específicos: identificar se a relação parental está presente na escola e exerce influência positiva na vida dos alunos; explicitar os impactos da negligência parental nos aspectos acadêmicos, humanos e sociais; e compreender como se dá a relação entre escola e família no enfrentamento dos impactos negativos dessa problemática.

Os resultados apontaram que o desamparo afetivo interfere diretamente na autonomia, concentração e autoestima das crianças, refletindo em dificuldades de aprendizagem e de socialização. Verificou-se também que a escola, ao reconhecer essas situações, desempenha papel fundamental como espaço de acolhimento e compensação emocional, ainda que enfrente limitações estruturais e formativas para lidar com tais desafios. As discussões reforçam a importância do diálogo entre família e escola como estratégia de prevenção e intervenção, fortalecendo vínculos e promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida sob uma abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva da etnografia escolar proposta por André (1995), por se adequar aos objetivos do estudo e permitir compreender as subjetividades dos sujeitos, suas interações e as dinâmicas que se estabelecem no ambiente escolar. Essa abordagem valoriza a imersão no campo e a interpretação dos significados atribuídos pelos participantes às suas vivências.

A investigação teve como objetivo analisar de que forma a negligência afetiva influencia o desempenho acadêmico e o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, considerando as relações estabelecidas entre escola e família. O campo empírico consistiu em uma escola pública municipal de grande porte.

A coleta de dados ocorreu ao longo de 30 horas de observação em campo, realizadas pelos quatro pesquisadores de forma conjunta. Durante esse período, foram



Como critérios de seleção dos participantes, foram considerados os profissionais que possuíam contato direto e contínuo com os estudantes e suas famílias. Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com membros da equipe escolar (professora, coordenadora e gestora), abordando temas relacionados à relação família-escola, afeto, acompanhamento familiar e possíveis manifestações de carência afetiva observadas no contexto educacional.

Ao término das observações, foi proposta uma atividade lúdica às crianças, com o intuito de coletar percepções espontâneas sobre suas relações familiares e afetivas, preservando sempre o caráter simbólico e ético da participação.

Durante todo o processo, foram assegurados os princípios éticos da pesquisa, com garantia de anonimato e sigilo dos participantes. Não foram utilizados nomes, imagens ou qualquer dado que possibilitasse a identificação pessoal dos envolvidos.

Entre os séculos XVI e XIX, o alto índice de mortalidade precoce influenciou a forma como a sociedade via as crianças e adolescentes, muitas vezes tratando-os como figuras de pouca relevância. A crença de que era mais fácil não se apegar emocionalmente, devido ao risco constante de perda, limitava o entendimento sobre



suas reais capacidades. Dessa forma, crianças eram frequentemente vistas como “mini adultos” ou como seres em uma fase de transição para a adultez, sem o reconhecimento pleno de suas especificidades. Nesse contexto, merece ressalva o seguinte entendimento:

Em regra, a criança se diferenciava do adulto apenas em relação ao tamanho e a força para o trabalho. Não havia as etapas da infância, juventude e fase adulta. Assim que adquiria uma independência mínima como, por exemplo, se alimentar, fazer suas necessidades fisiológicas, trocar vestimenta sozinha, já era automaticamente mistura aos adultos. (Lima, 2017, p. 317).

A partir do século XX, a criança passou a ser vista como um sujeito com direitos, com maior atenção à sua autonomia (Pereira 2020). No entanto, segundo Lima (2017), esse reconhecimento não foi totalmente positivo, pois as crianças passaram a ser tratadas como "objetos" do Estado, com foco na correção de imperfeições. A proteção oferecida refletia mais a responsabilidade dos adultos do que uma valorização real das necessidades infantis, e as leis criadas acabavam beneficiando apenas crianças consideradas em situação irregular.

Para tanto, “[...] é no ano de 1959 que a proteção das crianças do mundo dá o seu passo fundamental, com a criação da Declaração dos Direitos das crianças [...]” (Pereira, 2020, p. 3). Em contexto:

[...] prevê que, devido à imaturidade física e mental [...], a criança e o adolescente necessitam de proteção e de cuidado especial, devendo, ainda, ser amparado por uma legislação apropriada. [...] todas as crianças farão jus, sem qualquer exceção [...] aos direitos nela previstos. [...] ressalta a relevância da família, e na falta desta, da sociedade e do Estado em proporcionar [...] um ambiente favorável ao desenvolvimento integral [...]. [...] os protege de qualquer atitude negligente, cruel e de exploração. [...] assegura-lhes de qualquer forma de discriminação racial ou religiosa (Lima, 2017, p. 323).

A CRIANÇA, O ADOLESCENTE E O AFETO

Adiante, houve inclinações do público estudioso para o entendimento da relação entre a família e o desenvolvimento saudável das crianças. Em 1979, John Bowlby formulou a Teoria do Apego, que buscava explicar a importância do relacionamento entre o cuidador e o bebê para o desenvolvimento deste, enfatizando que o vínculo de proximidade, denominado apego, é fundamental para o crescimento saudável da criança. O desejo por essa proximidade já é expressado desde os primórdios da sua



existência por meio das necessidades de segurança e proteção, constituindo assim os pilares da saúde mental do pequeno, não só desenvolvimento sócio emocional como cognitivo, material e até acadêmico (Wainer et al., 2016, Lordelo et al., 2006).

Com isso em mente, o ambiente familiar como um todo, incluindo as interações entre pais, filhos e demais constituintes desse núcleo, apresenta grande relevância para a formação da personalidade da criança, sendo o primeiro contato com formas de afeto que este ser tomará como referência para suas relações futuras. Gomes (2020), com base em Winnicott, destaca a importância de um ambiente e de uma mãe “suficientemente bons”, reforçando também as ideias de Bowlby trazidas por Wainer et al. (2016). Nesse contexto, é importante considerar os impactos do abandono afetivo parental no desenvolvimento infantil e no desempenho escolar. A carência afetiva, segundo Gomes (2020, p. 54), “[...] pode ocasionar repercussões diversas sobre a criança, tal como problemáticas que podem se instalar no decorrer da vida”. Pereira (2020) complementa que “[...] a ausência de interações com um ou mais adultos responsáveis pelo bem-estar das crianças [...] pode constituir-se numa ameaça ao desenvolvimento integral da criança/jovem” (p. 4).

De acordo com Pino (2010), ao discutir as ideias de Vigotski, o meio no qual a criança está inserida, entendido como o ambiente imediato que a rodeia, sofre modificações a cada fase do seu desenvolvimento. Essa mudança pode ser interpretada de duas formas: ou como uma transformação na maneira como a criança percebe esse ambiente, à medida que avança em seu desenvolvimento físico, social e cultural, ou como uma alteração efetiva no próprio meio em que a criança está inserida:

Até mesmo quando o meio se mantém quase inalterado, o próprio fator de que a criança se modifica no processo de desenvolvimento conduz à constatação de que o papel e o significado dos elementos do meio, que permaneceram como que inalteráveis, modificam-se (Pino, 2010, p. 749).

Em adição ao ambiente familiar, a escola também exerce um papel essencial no desenvolvimento da criança, sendo um local onde as interações sociais e o aprendizado se articulam de forma significativa para o crescimento emocional e cognitivo dos estudantes, portanto “a família e a escola são duas instituições fundamentais na promoção do desenvolvimento pleno da criança” (Pereira, 2020, p. 9).

RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA



A escola desempenha um papel importante no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais dos alunos. Paralelamente, a família, como primeira referência de afeto e apoio, oferece as bases para o equilíbrio emocional da criança. Por isso, a colaboração entre essas duas instituições é fundamental: a participação ativa da família na vida escolar fortalece a motivação dos alunos, melhora o desempenho acadêmico e contribui para um ambiente mais acolhedor. Nesse sentido, Soares et al. (2018) defendem uma gestão democrática, baseada no compartilhamento de responsabilidades com toda a comunidade escolar, adaptando a participação familiar à realidade de cada contexto.

Segundo Mônica Dias Palitot (2017), a educação promove o desenvolvimento biopsicossocial, fortalece a visão crítica e reflexiva dos indivíduos e atua como um meio de ascensão social, contribuindo para a erradicação da pobreza e a redução da violência. Palitot, em seus escritos, cita a definição de educação elaborada por Durkheim, que a descreve como:

A ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que ainda não estão preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança um conjunto de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pela sociedade política no seu conjunto, quanto pelo meio especial ao qual a criança particularmente se destine (Palitot, 2017, p. 89).

Ainda dentro das influências familiares, estão diretamente ligadas à relação com o conhecimento e com o ambiente educacional. Segundo Palitot (2017), é no contexto familiar que se dá a primeira socialização e onde são transmitidos os valores, hábitos e referências culturais que moldam o modo como a criança se posiciona diante da escola. A autora destaca que “a herança cultural [...] segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, consequentemente, pelas taxas de êxito” (Palitot, 2017, p. 93). Esse capital cultural, ainda que transmitido de forma indireta, contribui para a construção de saberes, favorecendo a aprendizagem e o desempenho acadêmico.

Consoante, “a média de rendimento escolar se correlacionou de forma significativa e negativa com as práticas de punição inconsistente, negligência, abuso físico e disciplina relaxada” (Eltink, 2024, p. 359). Pereira (2020) complementa que “a falta de interesse que os pais demonstram ter pela escola” reflete-se no “desconhecimento das datas de avaliação e na ausência de apoio nas tarefas escolares”



(p. 30). Tais comportamentos impactam negativamente o desempenho escolar e evidenciam a necessidade de maior engajamento parental.

Além disso, destaca-se o papel das escolas como “a entidade sinalizadora mais importante” para identificar e intervir em casos de negligência (Pereira, 2020, p. 30). O descompasso entre escola e família reforça a importância da participação ativa dos responsáveis (Wagner, Sarriera e Casas, 2009, apud Saraiva, 2013). Segundo Saraiva (2013), a desvalorização da presença dos pais na escola tem levado à perda de consideração das instituições pela família, enfraquecendo uma relação que deveria ser cooperativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos indicam que a negligência parental interfere diretamente no desempenho escolar e no desenvolvimento emocional das crianças. Essa questão se evidencia nas falas da docente, que expressa sentir-se sobrecarregada diante da ausência familiar. A professora relata que, em muitos momentos, os problemas vão além da aprendizagem, afetando aspectos pessoais que influenciam o rendimento e o comportamento dos estudantes.

As observações de campo reforçam essa percepção. O caso de WV, por exemplo, evidencia uma situação de negligência familiar associada à falta de autonomia e à busca constante por atenção. O aluno permaneceu por horas na coordenação por falta de contato com os responsáveis, demonstrando resistência às orientações. KV, mesmo apresentando bom desempenho, revelou distanciamento dos pais e responsabilidades adultas precoces, indicando um amadurecimento forçado e a ausência de suporte emocional.

Essas vivências apontam que o impacto da negligência extrapola o rendimento escolar. Mesmo quando o desempenho é satisfatório, existem consequências emocionais significativas. Conforme destaca Pereira (2020), muitas crianças internalizam a negligência e aprendem a lidar sozinhas com dores que deveriam ser compartilhadas. A fala da docente confirma essa dimensão afetiva ao afirmar que alguns alunos “não têm motivação, pra eles tanto faz”, evidenciando que o desinteresse pode decorrer de carências emocionais profundas.

A baixa participação familiar nas reuniões escolares — segundo a docente, cerca de 20% dos pais comparecem — reforça a distância entre escola e família e faz com que



o peso do processo educativo recaia quase totalmente sobre os professores. Essa dinâmica se aproxima das reflexões de Palitot (2017), que apontam como a falta de capital cultural e social limita o envolvimento das famílias, contribuindo para a reprodução das desigualdades.

Os resultados dos simulados de Matemática de 2025 também ilustram esse cenário desigual. Enquanto alguns alunos, como WV e KV, obtiveram notas satisfatórias, outros apresentaram baixo desempenho, coincidindo com a ausência dos pais nas atividades escolares. O caso do estudante C é especialmente significativo: mesmo enfrentando vulnerabilidades, demonstrou esforço e interesse em aprender, refletindo o que Bourdieu (Palitot, 2017) caracteriza como resistência simbólica diante das desvantagens sociais.

Apesar das dificuldades, a docente atua de forma sensível e acolhedora, transformando a afetividade em componente central de sua prática pedagógica. Essa postura dialoga com a perspectiva de Wallon, que entende emoção e cognição como dimensões indissociáveis do processo de aprendizagem. O cuidado e a escuta ativa tornam-se, assim, estratégias que favorecem a aprendizagem e a formação humana, especialmente em contextos de negligência.

Ainda assim, a ausência de apoio multidisciplinar e o distanciamento familiar limitam as possibilidades de avanço. A docente observa que “não existe caminhar de professor e pais”, reforçando a necessidade de políticas públicas que integrem escola, família e redes de apoio, incluindo psicólogos, assistentes sociais e orientadores.

A análise da equipe de pesquisadores evidencia que a parentalidade desinteressada, mais do que um problema familiar, reflete desigualdades estruturais e sociais que atravessam a escola e demandam práticas docentes sensíveis e políticas públicas integradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta pesquisa possibilitou refletir sobre a relevância da temática e sua manifestação no cotidiano do contexto observado, onde pode-se fazer um caminho metodológico passando pelo recorte teórico que proporcionou conhecimento e mais tarde interligações com a realidade estudada, como por exemplo a importância da família na formação subjetiva da criança e na sua trajetória escolar e social.



Durante o processo de observação, ficou evidente que as consequências da negligência parental vão além das dificuldades de aprendizagem. Elas se expressam também no comportamento, na autoestima e nas relações interpessoais dos alunos. A ausência de acompanhamento familiar, a carência afetiva e a sobrecarga emocional de algumas crianças demonstram a urgência de pensar estratégias que considerem o fortalecimento dos vínculos entre escola e família.

Propõe-se, nesse sentido, a realização de rodas de conversa e espaços de diálogo com pais e responsáveis, apoiados por profissionais da área social e psicológica, a fim de conscientizar sobre a importância da presença familiar na vida escolar. A escola deve se consolidar como espaço de acolhimento e escuta, capaz de identificar e intervir de forma ética diante de situações de negligência.

Assim, o trabalho reafirma o papel da pedagogia na promoção do cuidado, do vínculo e do desenvolvimento integral das crianças, reconhecendo que a transformação das realidades escolares passa pela corresponsabilidade entre família, escola e comunidade.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ELTINK, C. F.; CHICANELLI, A. C.; ALMEIDA, T. L. **Afeto familiar e desempenho escolar de crianças no ensino fundamental I**. 2024.

GOMES, R. M. **O cuidado na infância, família e negligência afetiva: reflexões**. Revista Ambiente Acadêmico, v. 5, n. 2, 2020. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2020/10/revista-ambiente-academico-v05-n02-artigo03.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

LIMA, Renata Mantovani de; POLI, Leonardo Macedo; SÃO JOSÉ, Fernanda. **A evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais**. Revista Brasileira de Políticas Públicas (Online), Brasília, v. 7, n. 2, p. 313-329, 2017. DOI: 10.5102/rbpp.v7i2.4796.

LORDELO, Eulina Rocha; FRANÇA, Carine Bastos da; LOPES, Lígia Maria dos Santos; DACAL, Maria de Pilar Ogando; CARVALHO, Cláudio Seal; GUERRA, Raquel Cardoso; CHALUB, Anderson Almeida. **Investimento parental e desenvolvimento da criança**. Estudos de Psicologia, v. 11, n. 3, p. 257-264, 2006. Universidade Federal da Bahia.



PALITOT, Mônica Dias. **Educação: elemento primordial no desenvolvimento humano.** Revista de Enfermagem da Facene, v. 4, n. 1, p. 63-67, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/297>. Acesso em: 26 dez. 2024.

PEREIRA, Tânia Filipa Soares. **O impacto da negligência parental no desenvolvimento acadêmico das crianças do 1º e 3º ciclo de escolaridade: um estudo de caso.** 2020. Trabalho de projeto (Mestrado em Intervenção Social Escolar) – Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2020.

PINO, Angel. **A criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento da criança e à sua educação.** Psicologia USP, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 741-756, 2010.

SARAIVA, Lisiane Alvim; WAGNER, Adriana. **A relação Família-Escola sob a ótica de professores e pais de crianças que frequentam o Ensino Fundamental.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 81, p. 739-772, out./dez. 2013.

SOARES, Cristiane de Souza; MELO, Maria Aparecida; BARBOSA, Márcia Regina. **De casa para escola: a contribuição da família no cotidiano da gestão escolar democrática.** Recife: UFPE, 2018.

WAGNER, Adriana; SARRIERA, Ana Lúcia; CASAS, Carmen. **A relação Família-Escola e suas implicações.** Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, p. 87-103, jan./mar. 2020.

WAINER, R.; PAIM, K.; ERDÖS, R.; ANDRIOLA, R. **A teoria do apego e as bases familiares da terapia do esquema.** In: WAINER, R.; PAIM, K.; ERDÖS, R.; ANDRIOLA, R. (Org.). Terapia cognitiva focada nos esquemas. Porto Alegre: Artmed, 2016. P. 39-46.

